



JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM MARINGÁ : UMA ANÁLISE DO PROCESSO ELEITORAL DE 2014

Daiany Cris Silva (PIBIC–AF/FA),
Simone Pereira da Costa Dourado (Orientador),
e-mail: simone@wnet.com.br

Universidade Estadual de Maringá/ Centro de Ciências Humanas/
Maringá,PR.

Antropologia e Antropologia Política

Palavras-chave: grupos geracionais, participação política, juventude

Resumo:

O presente artigo dialoga com o campo de estudos geracionais. Tem como referência os trabalhos de um pioneiro da sociologia da juventude, o Sociólogo Karl Mannheim. Por meio da leitura desse campo científico busca analisar a participação política da juventude nas eleições presidenciais de 2014 na cidade de Maringá, com o objetivo de ponderar sobre a representatividade desse grupo no processo eleitoral, de forma comparativa com outros grupos geracionais, a fim de estabelecer um quadro explicativo eleitoral que possa contribuir para uma discussão mais ampla sobre participação política.

Introdução

Qual o papel da juventude na nossa sociedade? A juventude é mesmo revolucionária? Qual a potencialidade do jovem para uma mobilização social? Qual a situação do movimento da juventude no Brasil atual? Colocar todas essas perguntas em pauta é um dos objetivos desse estudo, a fim de contribuir para uma discussão sobre a representatividade juvenil em nossa sociedade, estabelecendo um diálogo com a sociologia da juventude, particularmente com as ideias de Mannheim.

O Sociólogo Karl Mannheim, ao discutir o problema da juventude na sociedade moderna, nos leva a uma reflexão muito importante do quadro político atual da juventude contemporânea, que se mostra individualizada e pouco revolucionária, evidenciando a tendência de uma sociedade estática e tradicionalista, o que nos revela que a juventude dita, por muitas vezes a



base da revolução, pode se movimentar de forma ardorosamente revolucionária ou totalmente reformadora. A sociedade cria, em relação aos jovens, expectativas de que eles se comportem de forma transgressora, o que Mannheim nos ensina é que esse não é o único caminho para a juventude. Os jovens não seriam transgressores por natureza. Mannheim (1961 p.41) trata a juventude como um agente revitalizador da sociedade segundo ele “A juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade.” (...) Oportunidade esta que pode ser apenas a reprodução do que já está posto pela sociedade.

O cenário atual para a juventude, quando consideramos apenas o terreno da participação política, não é muito promissor. Há uma decrescente representatividade política, constatada nos dados estatísticos eleitorais. Esse grupo ainda está visivelmente fragilizado em termos da condução de suas lutas nos movimentos sociais. Bourdieu (1983), ao explicar o processo de despolitização da juventude, nos mostra como a movimentação social dos jovens se tornou vaga e facilmente desconstruída pelo sistema vigente, reafirmando o pensamento de Mannheim que atribui à juventude a potencialidade de agente gerador das mudanças ou reproduzidor do sistema. Mas, afinal, qual o verdadeiro papel da juventude em nossa sociedade? Como podemos perceber o desempenho desse papel por meio da análise dos processos políticos e eleitorais, particularmente o comprometimento da juventude com o processo eleitoral de 2014.

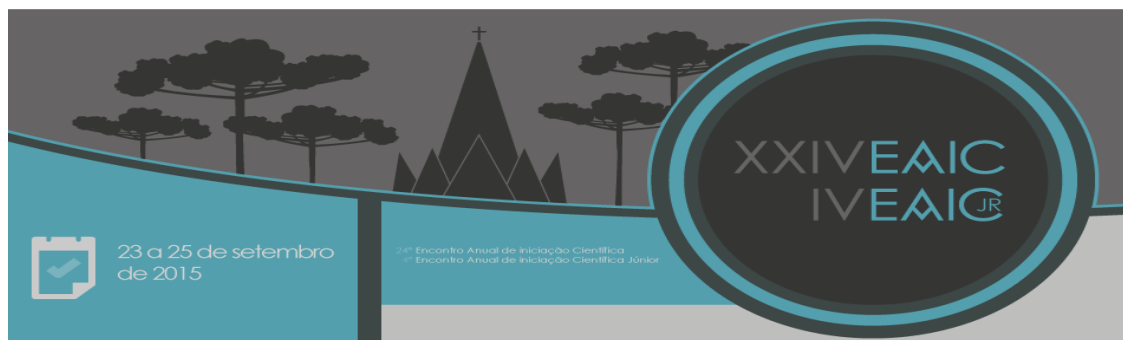
Materiais e métodos

A pesquisa tem como referência a base de dados sobre o perfil do eleitorado disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A sistematização desses dados quantitativos sobre o eleitorado brasileiro, em 2014, será confrontado com a bibliografia sobre comportamento político e juventude.

Resultados e Discussão

Na atual fase de desenvolvimento da pesquisa, pode-se apresentar como resultado a ser considerado: a diminuição significativa do número de jovens que, em condições de exercer o direito de participar do processo eleitoral de 2014, optaram por não se habilitar, não fazendo seus títulos de eleitores. É possível discutir se retardar a participação eleitoral para o momento em que ela se torna obrigatória, aos 18 anos, tem relação com outras posturas pouco participativas e pouco transgressoras dos jovens na sociedade.

Conclusões



O estágio atual de desenvolvimento da pesquisa, nos permite afirmar que há um processo de afastamento da juventude da política representativa na forma como ela se apresenta. Participar da democracia representativa, exercendo o direito ao voto, não tem sido uma opção para os jovens que completaram 16 anos e ainda não chegaram aos 18 anos. Para os que estão na faixa etária de 18 a 29 anos o voto é obrigatório e, portanto, direito e dever aqui se confundem. Em termos comparativos, é interessante perceber a força do voto para o grupo geracional dos que estão acima dos 70 anos. Para os idosos, assim como para os jovens que estão entre os 16 e 18 anos, o voto é facultativo. Contudo, é possível perceber que há maior participação do grupo de idosos com 70 anos ou mais entre os eleitores do que jovens entre 16 e 18 anos. Os significados desse comportamento para um grupo e outro estão em processo de análise.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço aos membros do Grupo de Estudos de Gerações do Departamento de Ciências Sociais, pela grande contribuição.
A minha orientadora Simone Pereira da Costa Dourado, pelos ensinamentos, dedicação e paciência.
E a Fundação Araucária pelo financiamento da bolsa de Iniciação Científica.

Referências

MANNHEIM, Karl. "O problema da juventude na sociedade moderna", in: Sulamita Britto (org.). *Sociologia da juventude I – da Europa de Marx à América de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 69-94, 1968.

BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121.